

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

6 abr 2017 | O Globo

CATARINA ALENCASTRO, BÁRBA NASCIMENTO, NATÁLIA RA BOERE RENAN RODRIGUES E granderio@oglobo.com.br

Maia vai pedir a Temer para vetar emendas a projeto do Uber

Conselheira do Cade diz que texto aprovado na Câmara é um retrocesso

-BRASÍLIA E RIO- O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que pedirá ao presidente Michel Temer que veto os dois destaques aprovados anteontem pelos deputados federais, caso o Senado os mantenha no projeto. O texto pode dificultar os serviços de transporte de passageiros privados, como o Uber e o Cabify. Maia defende o projeto original, que reconhece o uso do aplicativo e transfere para os municípios a prerrogativa de regulamentar esse tipo de transporte, mas não de proibi-lo.



DOMINGOS PEIXOTO

Amarras. O aplicativo Uber, que está prestes a ter novas regras previstas em projeto que tramita no Congresso

Os destaques aprovados junto com o texto base preveem o cadastro dos motoristas e retiraram o termo "privado" da prestação do serviço, o que pode levar as prefeituras a entenderem que cabe a concessão de uma autorização, como já acontece com os táxis.

— Eu defendo que o presidente Michel Temer veto os dois artigos que foram aprovados aqui. Eu respeito a decisão da maioria, sou um democrata. Mas vou defender que veto, porque esses dois artigos não ajudam o transporte individual — afirmou.

O projeto foi aprovado na noite de terça-feira na Câmara e segue para votação no Senado. Para Maia, impedir o funcionamento do Uber e de outros aplicativos poderá levar à queda da qualidade dos táxis, que, segundo ele, melhorou devido à concorrência:

— Eu tenho certeza que o Senado pode rever isso.

'TEXTO CRIA UM NOVO TÁXI' Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Cristiane Alkmin também criticou a versão aprovada pela Câmara. Ela afirmou que o projeto é um retrocesso gigantesco e que traz perdas ao mercado, à medida que desestimula a concorrência criada por esses serviços. Para ela, o projeto transformará Uber e Cabify em novos táxis:

— Quero registrar meu repúdio. Em vez de regulamentar esse tipo de serviço, o texto cria um novo táxi. Se é para mudar as regras, que altere as do táxi, diminua as amarras. Se a intervenção estatal se justifica para melhorar o bem-estar social, a intervenção feita pela Câmara é um retrocesso gigantesco, trazendo uma gritante perda de bem-estar social. Prefiro as falhas do mercado nesse caso.

O presidente interino do Cade, Gilvandro Araújo, ponderou que a opinião da conselheira não representa a posição do conselho, que não vai interferir em assuntos do Legislativo.

Para o advogado Leonardo Coelho, especialista em litígios e soluções alternativas de conflitos e professor da Fundação Getúlio Vargas, o texto aprovado "coloca uma atividade inovadora dentro de uma caixa que já existe":

— Eu entendo que, em vez de avançarmos, estamos moldando as inovações nos padrões que já existiam. Toda vez que você considera um serviço como público você cria normas específicas. Em vez de desregular o velho para disputar com o novo, a gente regula o novo da mesma forma como sempre foi o velho.

Segundo Leonardo Coelho, os aplicativos poderão recorrer à Justiça contra a lei e a regulamentação:

— No Supremo Tribunal Federal, os aplicativos podem pedir a inconstitucionalidade da lei aprovada pelo Congresso. Eles também poderão propor medidas na Justiça estadual contra as regulamentações aprovadas pelos municípios.

PREFEITURA DO RIO ESPERA LEI A prefeitura do Rio já estuda a regulamentação de aplicativos de transporte de passageiros, como o Uber, mas que o trabalho depende da aprovação do projeto federal. O Uber não quis comentar os possíveis caminhos da regulamentação no Rio. Se o projeto aprovado virar lei, a empresa prevê prejuízos para mais de 50% de seus motoristas, que trabalham menos de dez horas por semana apenas para complementar a renda e que não teriam vantagem em arcar com os altos custos de uma licença. O aplicativo 99, que surgiu como um serviço de táxis, já tem 20 mil motoristas de carros particulares no Rio e em São Paulo. O diretor de políticas e comunicação do aplicativo, Matheus Moraes, acredita que o projeto de lei será alterado no Senado. Em nota, a plataforma Cabify informou ser contrária ao projeto aprovado anteontem.

No Uber, há apenas cinco meses, Raimundo Alves critica o modelo de regulamentação proposto, que poderá aumentar as despesas fixas dos motoristas:

— Trabalhei 14 anos como taxista (auxiliar), e os prefeitos nunca se preocuparam em nos dar uma autonomia. Agora que a gente conseguiu trabalhar com um carro próprio, o governo vem com impostos para a gente pagar?

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)